



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2024

▪ O CONTEXTO ECONÓMICO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Em 2024, o panorama económico global apresenta um cenário de desafios e oportunidades, os índices de crescimento global tendem a estabilizar-se em patamares moderados, na ordem de 2% a 3%, reflectindo os efeitos residuais da pandemia, a volatilidade dos mercados e as incertezas políticas e geopolíticas. Enquanto algumas economias emergentes mostram sinais de resiliência, muitas economias avançadas ainda lutam para manter um ritmo de expansão sustentável.

A inflação permanece como uma preocupação central em diversas regiões. Bancos centrais de países desenvolvidos e mercados emergentes têm adoptado medidas restritivas, com ajustes nas taxas de juros, para conter a alta dos preços, embora, em alguns casos, já se observe uma estabilização dos índices inflacionários. Essa dinâmica impõe desafios à recuperação económica, uma vez que o aperto monetário tende a frear investimentos e o consumo.

Conflitos regionais, tensões comerciais e incertezas políticas afectaram o ambiente de negócios e as cadeias de suprimentos globais. Essas incertezas geram volatilidade nos mercados financeiros e tem comprometido a confiança dos investidores, exigindo respostas de política económica que conciliem estabilidade e crescimento.

Apesar de uma recuperação económica moderada em muitas regiões, a demanda global por petróleo se manteve sensível as incertezas do cenário pós-pandemia. No início do ano, a confiança dos mercados contribuiu para preços de relativamente elevados, enquanto a evolução económica mais cautelosa, combinada com pressões de inflacionárias, influenciou a dinâmica do mercado.

O avanço na transição para fontes de energia renovável e as políticas de descarbonização adoptadas por diversos países começaram a exercer uma pressão moderada sobre a demanda por combustíveis fósseis. Essa tendência, embora gradual, contribuiu para uma tendência de estabilização e, em certos períodos, para queda dos preços do petróleo.

A aceleração da transição para uma economia de baixo carbono foi outro ponto de destaque em 2024. Governos e empresas estão redireccionando investimentos para energias renováveis e tecnologias sustentáveis, numa tentativa de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Essa transformação gera novas oportunidades, mas também requer adaptações significativas nos modelos produtivos.

Entre os principais riscos identificados estão a persistente volatilidade dos mercados financeiros, possíveis crises de dívida em alguns países e os impactos directos de eventos climáticos extremos. A combinação desses factores ressalta a importância de reformas estruturais, políticas fiscais prudentes e cooperação internacional para enfrentar os desafios interligados do cenário económico actual.

O ano de 2024 caracteriza-se como um período de equilíbrio delicado, no qual os esforços para retomar o crescimento pós-pandemia convivem com a necessidade de conter a inflação, gerir tensões geopolíticas e promover a transição sustentável. A capacidade de adaptação das economias, por meio de políticas coordenadas, investimentos em inovação e reformas estruturais, será determinante para assegurar uma trajetória de recuperação e desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

CONJUNTURA DOMÉSTICA

O crescimento económico de Moçambique em 2024 provavelmente será revisto para baixo em relação a uma previsão anterior de 4,3% devido à agitação civil pós-eleitoral e ao impacto do ciclone Chido. Em Outubro, Daniel Chapo, o candidato do partido no poder de Moçambique, Frelimo, foi declarado vencedor da eleição presidencial que os partidos da oposição dizem ter sido marcada por irregularidades eleitorais. Os resultados disputados das eleições provocaram protestos dos apoiantes da oposição e houve muita violência desde então. A agitação afectou as operações comerciais, inclusive para empresas de mineração, e por vezes levou a interrupção dos principais corredores comerciais, afectando directamente a maior parte dos sectores. O crescimento económico passa de 4,5% no segundo trimestre para 3,7% no terceiro trimestre, antes do início dos protestos, espera-se uma nova desaceleração no quarto trimestre.

Em 2024, Moçambique registou uma inflação acumulada de 4.15%, com uma média anual de 3.2%. Em Dezembro, a inflação mensal foi de 1.6%, impulsionada principalmente pelo aumento nos preços de alimentos e bebidas, como tomate, cerveja consumida fora de casa e carapau. Em resposta a consolidação das perspectivas de inflação em um dígito, o Banco de Moçambique reduziu a taxa de juro de política monetária (taxa MIMO) de 15,75% para 15,00% em Maio de 2024. No final de 2024, a taxa MIMO foi reduzida para 12,75%, marcando a sexta redução consecutiva, devido à manutenção de uma inflação baixa, que se manteve abaixo de 3% desde Julho, registando 2,68% em Outubro.

Em 2024, o sistema financeiro moçambicano mostrou resiliência num contexto de desafios económicos globais e locais. Manteve-se robusto, com um rácio de solvabilidade global de 26,33%, significativamente acima do mínimo regulamentar de 12%. A rentabilidade também foi positiva, com rácios de rentabilidade sobre os activos (ROA) e capitais próprios (ROE) de 4,52% e 18,75%, respectivamente. Houve uma diminuição do crédito malparado, com índice a cair de 10,4% para 9,2%,

reflectindo esforços conjuntos das instituições financeiras e do Banco de Moçambique para fortalecer a resiliência do sistema bancário.

Apesar dos progressos, o sistema financeiro enfrenta desafios, incluindo a necessidade de melhorar a eficiência dos sistemas de pagamentos e a gestão de riscos emergentes. A contínua implementação de políticas macroprudenciais pelo Banco de Moçambique visa assegurar a estabilidade financeira e mitigar riscos sistemáticos.

Em 2024, o governo moçambicano continuou a enfrentar os desafios inerentes à gestão de um elevado nível de dívida pública, mas também avançou na implementação de medidas que visam a sustentabilidade fiscal a médio prazo. Segundo os relatórios mais recentes do Tesouro Nacional e do Banco de Moçambique, o endividamento público total situou-se em 70%. Esse indicador reflecte a soma da dívida interna (títulos emitidos em moeda local) e da dívida externa, que historicamente tem representado uma parcela significativa do total. A dívida externa continua a ser uma componente importante do endividamento total. O governo tem envidado esforços para renegociar prazos e condições com credores internacionais, buscando reduzir os custos de financiamento e melhorar a sustentabilidade da dívida.

Ao longo de 2024, foram adoptadas medidas de consolidação fiscal, que incluíram iniciativas para aumentar a transparência na gestão da dívida e ajustar as contas públicas. Essas medidas têm o objectivo de reforçar a confiança dos investidores e das instituições financeiras, contribuindo para um ambiente económico mais estável.

O cenário Global, marcado por incertezas e volatilidades, somando a desafios internos como pressões sobre a receitas fiscais e a necessidade de financiar investimentos em infraestruturas, impôs desafios adicionais a gestão do endividamento. Ainda assim, as políticas implementadas apontam para um esforço de ajuste que busca equilibrar a necessidade de financiamento do desenvolvimento com a manutenção de um nível de dívida considerado sustentável.

2024 foi um ano no qual as autoridades moçambicanas deram continuidade aos esforços para reestruturar o endividamento público, procurando manter a relação dívida/PIB em patamares que permitam a estabilidade macroeconómica e a continuidade dos investimentos essenciais para o desenvolvimento do país.

DESEMPENHO DO VISTA BANK MOÇAMBIQUE

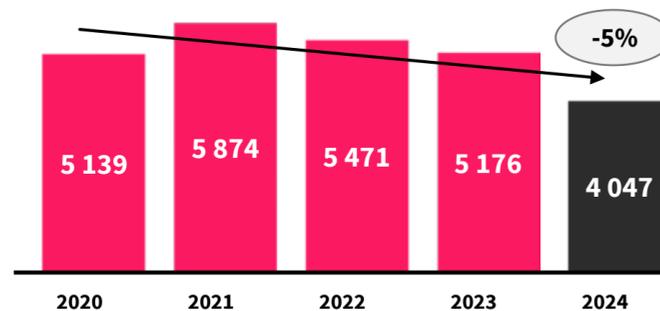
ANÁLISE DO BALANÇO

Crédito e depósitos

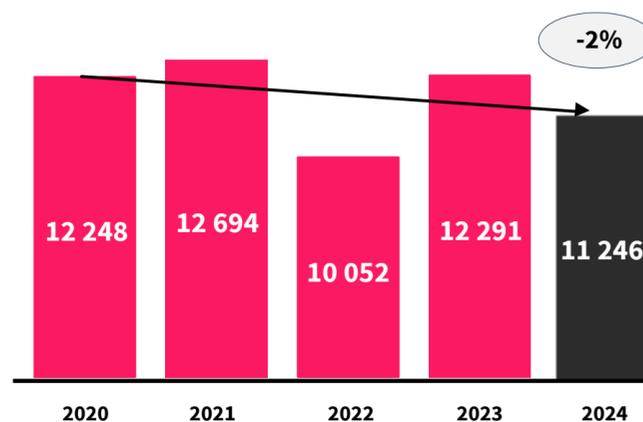
A carteira de crédito do Vista Bank Moçambique (doravante designado por VISTA ou Banco) mostra uma tendência ligeiramente decrescente em 2024 se comparado aos últimos 4 anos, devido a redução do nível de produção, aliado ao baixo apetite de endividamento dos clientes devido às altas taxas de juros do mercado e à desaceleração da economia. Ainda assim, o Banco vem reflectindo o compromisso e determinação em se tornar mais firme e sólido a nível do mercado. O gráfico abaixo mostra a evolução do nível de crédito aos clientes que no período em análise decresceu em média 5%.

Em relação aos depósitos, o Vista tem vindo a crescer a um passo superior do que o mercado, apesar de em 2022 e 2024 ter verificado retracção na carteira de depósitos atribuído a dinâmica do mercado. O gráfico abaixo mostra a evolução do nível de depósito de clientes que no período em análise decresceu em média 2%.

Crédito a Clientes (Milhões MZN)



Depósito de Clientes (Milhões MZN)



PRINCIPAIS INDICADORES

Apresentamos no quadro abaixo os principais indicadores da estrutura do balanço. Estes mostram uma evolução tímida em relação ao ano anterior, com maior destaque para a redução dos activos remunerados, que em grande parte se justifica pelo efeito das altas taxas de reservas Obrigatórias.

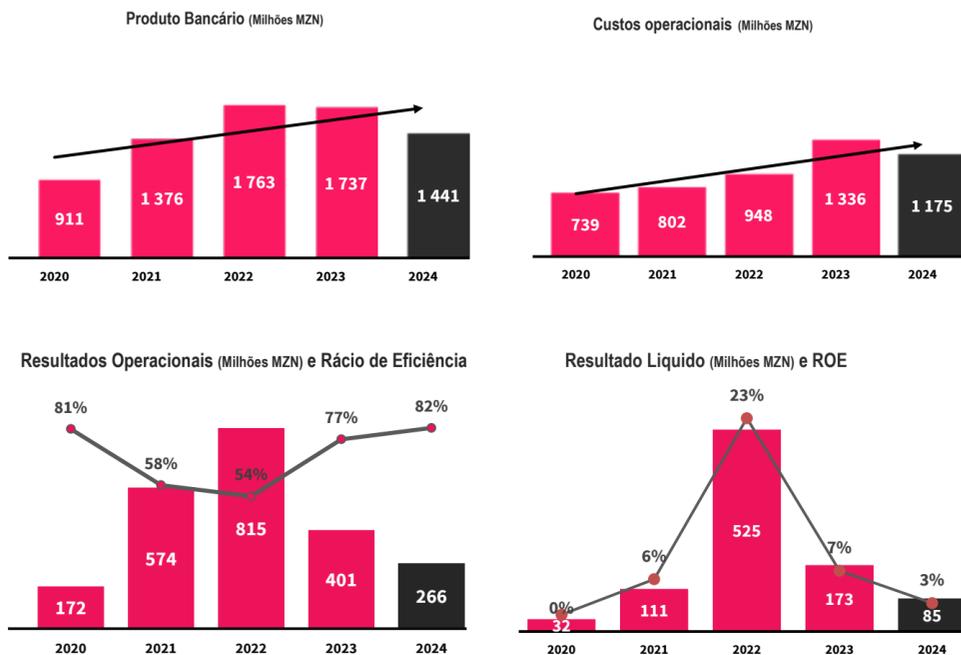
O ano de 2024 foi marcado pela alteração da estrutura societária e pela confirmação da robustez do Banco, com maior destaque no último trimestre, onde apesar dos desafios do mercado, com ênfase em algumas alterações regulamentares e de política monetária, o Banco teve um incremento no nível de depósitos.

Indicadores	2024	2023
Varição do total de activos bancários	-12%	20%
Varição dos activos remunerados	-31%	-5%
Varição do crédito a clientes	-5%	-5%
Varição dos depósitos de clientes	-9%	22%
Taxa de transformação	46%	42%
Activos remunerados/total do activo	51%	65%

Análise da demonstração de resultados

O resultado líquido tem melhorado ao longo dos anos e uma vez mais, o Banco apresenta um resultado positivo tendo alcançado um lucro de 85 milhões (172 milhões em 2023) com um ROE de 3% (7% em 2023).

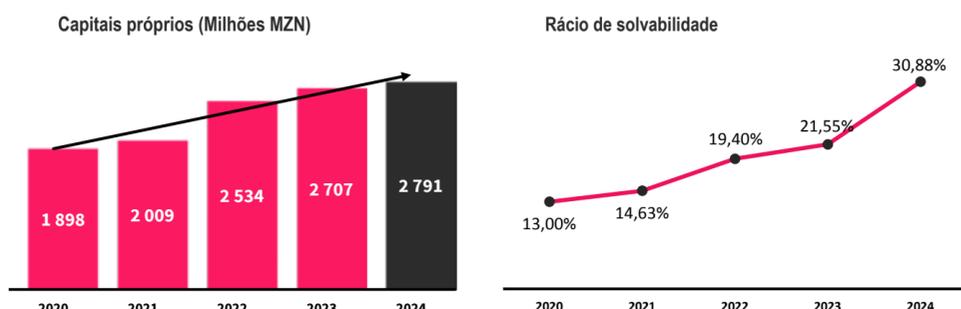
Este nível de performance é resultante da qualidade da carteira de crédito, por consequência de uma base de depósitos sustentáveis, lançamento de campanhas de depósitos, conjugado com uma política prudente de gestão dos custos operacionais e dos custos de risco. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos principais indicadores:



o ANÁLISE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Nos últimos anos os capitais próprios do Banco têm sido influenciados pelos resultados positivos e injeções de capital social de acordo com o plano de investimento, reforçando a confiança no crescimento do Banco.

Estes aumentos permitiram que o Banco expandisse o negócio, e melhorasse o nível de rácio de solvabilidade global que se situa em 38.88%, significativamente acima do limite prudencial mínimo de 12% e da média do mercado. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos capitais próprios e do rácio de solvabilidade, respectivamente.



SERVIÇO, FORÇAS, VISÃO

Vista Group Holding SA é uma *holding* de serviços financeiros com o objectivo de construir um grupo de instituições financeiras pan-africanas de classe mundial e contribuir para a inclusão económica e financeira em África.

A Vista Group Holding SA celebrou parcerias estratégicas com várias instituições financeiras globais para impulsionar a sua estratégia de crescimento, concentrando-se nas MPME (bancos para PME, leasing, mesofinanças, serviços bancários para mulheres), comércio e financiamento da cadeia de abastecimento, bancassurance, aumentando a rentabilidade, controlando simultaneamente os custos operacionais e mitigando riscos.

A Vista Group Holding SA está focada em maximizar as oportunidades em seus respectivos mercados para se tornar a instituição financeira preferida por meio de produtos bancários e de seguros inovadores.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

o Missão

Construir uma instituição financeira pan-africana de classe mundial que promova a inclusão financeira e promova o desenvolvimento económico do continente.

o Visão

Fazer da banca e dos seguros um serviço integrado para satisfazer as necessidades financeiras dos nossos clientes e criar valor para todas as partes interessadas, através de um conhecimento superior do mercado, excelência operacional e uma cultura de integridade.

o Valores

Nossos valores fundamentais incluem serviço, integridade, inovação, excelência, respeito, desempenho, governança e responsabilidade.

o Serviço

Colocamos o Cliente no centro de tudo o que fazemos. Queremos superar as expectativas dos Clientes e construir relacionamentos que durem para toda a vida.

o Representação Ética

Temos consciência de que nossas acções impactam diariamente na vida das pessoas. Acreditamos em agir com ética, honestidade e integridade. Está enraizado em tudo o que fazemos como organização e na forma como interagimos com nossos clientes e parceiros de negócios.

o Inovação

Pesquisamos constantemente para antecipar as necessidades dos nossos clientes e utilizamos nosso profundo conhecimento do mercado para fornecer produtos e serviços inovadores que visam satisfazer as necessidades exclusivas de nossos clientes.

o Desenvolvimento do nosso pessoal

Reconhecemos as pessoas como o nosso activo mais importante; nos esforçamos para ajudar nossos colaboradores a atingir seu potencial máximo. Respeitamos os nossos colaboradores e valorizamos sua singularidade – em habilidade, estilo e experiência.

o Orientação de negócio

Tomamos medidas essenciais para atingir nossos objectivos estratégicos para viabilizar a visão e as metas financeiras dos nossos clientes, fortalecer a empresa e maximizar o retorno para os *stakeholders*.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Estamos comprometidos com iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa que impactem positivamente o desenvolvimento socioeconómico das comunidades em que operamos.

Acreditamos em agir com ética, honestidade e integridade. Está enraizado em tudo o que fazemos como organização e na forma como interagimos com nossos clientes. Essa crença e compromisso se expandem à forma como fazemos negócios e como abordamos o trabalho com outras empresas. Como instituição financeira que serve uma vasta gama de indústrias e Clientes, estamos numa posição única para impulsionar o desenvolvimento económico nas nossas comunidades, ao mesmo tempo que mantemos a nós próprios e aos nossos Clientes um elevado padrão de ética empresarial. Acreditamos na importância de tratarmos uns aos outros com respeito e justiça e trabalhamos para fazer mudanças positivas nas nossas comunidades. Quando eles conseguem, nós conseguimos.

Como Grupo Pan-Africano, a nossa responsabilidade corporativa é evidenciada por todos os compromissos das nossas afiliadas, agindo como veículo operacional e eficiente. Quer se trate do financiamento de projectos de desenvolvimento, quer de acções comunitárias orientadas para a promoção da inclusão financeira, o Grupo, na sua dimensão africana, tem conseguido posicionar-se como um actor-chave, altamente envolvido no desenvolvimento económico, social e ambiental dos muitos países onde actuamos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Vista Bank acredita que uma governança corporativa sólida é um elemento importante na criação e sustentação de valor para os acionistas. Mantemos altos padrões de governança corporativa e

cumprimos as exigências da legislação em todos os países em que operamos. O Conselho de Administração adotou os princípios e a metodologia da IFC para orientar sua estrutura de governança corporativa. As práticas de governança do Vista Bank também estão alinhadas aos padrões do Comitê de Basileia.

À medida que fortalecemos nossa presença africana, continuamos a revisar nossas habilidades, sistemas e processos de conformidade e gestão de riscos e, quando apropriado, aprimorá-los ainda mais.

A adesão aos princípios de governança corporativa está articulada em diversos documentos corporativos. Os Estatutos do Vista Bank e de suas subsidiárias definem os respectivos papéis do Conselho de Administração, da administração e dos acionistas (incluindo a proteção dos direitos das minorias) na administração do Grupo. O Vista Bank adota regras padrão para o funcionamento interno do Conselho de Administração, um estatuto de governança corporativa, um código de conduta para os diretores e regras de ética empresarial para os funcionários, todos visando garantir transparência e responsabilidade.

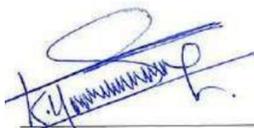
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando a necessidade de reforçar a autonomia financeira do Banco, bem como reforçar a robustez financeira e dos níveis de adequação dos fundos próprios, propõe-se a retenção de 70% dos Resultados líquidos apurados em 31 de Dezembro de 2024, após a observância da reserva legal (30,00% sobre o Resultado líquido), nos seguintes termos:

	2024
Reserva Legal (30% do Resultado líquido do exercício)	25.404.270
Resultados Transitados (70% do Resultado líquido do exercício)	59.276.629
	84.680.898

Maputo, 29 de Abril de 2025.

O Conselho de Administração



Yao Kouassi
(Presidente do Conselho de Administração)



Serge Raymond
(Administrador)



Didier Nkiere
(Administrador)



Abibou Gaye
(Administrador)



Rizwan Haider
(Administrador)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE ADMINISTRADORES

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do **VISTA BANK MOÇAMBIQUE, 'SU', S.A.** em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

O Conselho de Administração procedeu a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2024, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do **VISTA BANK MOÇAMBIQUE, 'SU', S.A.**, em 29 de Abril de 2025 e vão assinadas em seu nome por:

O Conselho de Administração



Yao Kouassi
(Presidente do Conselho de Administração)



Serge Raymond
(Administrador)



Didier Nkiere
(Administrador)



Abibou Gaye
(Administrador)



Rizwan Haider
(Administrador)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao accionista do Vista Bank Moçambique, S.A.

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Vista Bank Moçambique, S.A. ("Banco"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Vista Bank Moçambique, S.A. em 31 de Dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2023 são apresentadas para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas, e o nosso relatório do auditor independente, datado de 8 de Maio de 2024, contém uma reserva por limitação ao âmbito do nosso trabalho relacionado com a situação descrita na nota 33 do anexo às demonstrações financeiras, e que deixou de ser aplicável às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

Página 2 de 3

Outra informação

O órgão de gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão e a declaração de responsabilidades dos administradores, conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

Identificámos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma

- Avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações;
- Avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Deloitte – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada
Sociedade de Auditores Certificados n.º 09/SCA/OCAM/2014
Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz
Administrador


Emídio Marcelino
Auditor Certificado n.º 45/OCAM/CA/2012

Maputo, 29 de Abril de 2025

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	Dec-24	Dec-23
Juros e rendimentos similares	3	1 409 115 756	1 721 209 542
Juros e gastos similares	3	(419 975 239)	(499 596 846)
Margem financeira	3	989 140 517	1 221 612 696
Rendimentos de serviços e comissões	4	167 956 366	235 377 022
Encargos com serviços e comissões	4	(48 213 767)	(78 556 779)
Serviços e comissões líquidas	4	119 742 599	156 820 243
Operações financeiras líquidas	5	331 770 215	358 230 293
Total dos rendimentos operacionais		1 440 653 331	1 736 663 232
Gastos com pessoal	6	(547 730 474)	(450 565 203)
Depreciações e amortizações	18;19	(92 150 288)	(78 622 621)
Outros gastos operacionais	7	(534 804 386)	(806 836 508)
Outros rendimentos operacionais	8	17 251 279	58 946 723
Lucro antes do imposto e imparidades		283 219 462	459 585 623
Imparidade de empréstimos a clientes	15	(123 606 023)	(152 438 145)
Imparidade de outros activos	19	3 581 290	-
Imparidade de activos financeiros	12;13	(11 675 552)	(546 550)
Provisões	23	37 053 051	3 003 667
Lucro antes do imposto		188 572 228	309 604 595
Imposto corrente	9	(103 891 331)	(136 976 062)
Lucro líquido do exercício		84 680 897	172 628 533
Outro rendimento integral líquido de imposto		-	-
Total do rendimento integral do exercício		84 680 897	172 628 533

O Director Financeiro



O Director Executivo



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Nota	2024	2023
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	5 513 248 020	4 397 947 923
Disponibilidades em instituições de crédito	11	532 931 406	1 900 583 510
Aplicações em instituições de crédito	12	2 550 632 924	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	270 637 653	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	4 047 380 342	5 175 915 064
Outros activos	16	186 159 491	46 202 566
Propriedades de investimento	17	-	-
Activos tangíveis e direito de uso de activo	18	1 341 208 263	1 307 476 870
Activos intangíveis	19	42 454 646	20 292 879
Activos por impostos correntes	20	21 717 154	22 127 154
Total de activos		14 537 374 902	16 499 933 109
Passivos			
Recursos de instituições de crédito	21	93 205 608	711 417 394
Depósitos de clientes	22	11 245 962 259	12 290 726 485
Provisões	23	95 673 321	132 924 211
Outros passivos	24	311 324 978	658 337 181
Total dos passivos		11 746 166 166	13 793 405 270
Capital próprio			
Capital social	25	2 647 200 000	2 647 200 000
Prémio de emissão	25	13 790 314	13 790 314
Reserva legal	26	350 305 734	298 517 174
Resultados transitados		(304 768 209)	(425 608 183)
Lucro líquido do exercício		84 680 897	172 628 533
Total do capital próprio		2 791 208 736	2 706 527 838
Total do capital próprio e passivo		14 537 374 902	16 499 933 109

O Director Financeiro



O Director Executivo



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, N.º 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Vista Bank Moçambique, S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro

Parecer do Fiscal Único

Em conformidade com os requisitos legais e estatutários aplicáveis, vimos por este meio reportar aos Accionistas as nossas constatações do trabalho realizado no Vista Bank Moçambique, S.A. referente a exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

Na nossa capacidade de Fiscal Único, monitoramos as actividades do Banco durante o ano. Reunimos com vários níveis de gestão e questionamos sobre as actividades desenvolvidas ao longo do ano. Verificamos os relatórios e registos contabilísticos, bem como a documentação de suporte, na medida em que consideramos necessário nas circunstâncias. Recebemos plena cooperação da gestão no desempenho das funções de Fiscal Único, no que diz respeito a fornecimento da informação por nós solicitada.

Apoiamo-nos de forma extensiva no trabalho e relatórios do auditor externo independente do Banco, relativamente aos procedimentos realizados no cumprimento das nossas obrigações e na formulação deste parecer respeitante as demonstrações financeiras do Banco, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Conforme referido na Nota 3 das demonstrações financeiras, devido a um incidente informático ocorrido no último trimestre de 2021, as demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2021 para 2024 foram preparadas a partir de uma base de dados alternativa, criada a partir da aplicação informática core do Banco (base de dados principal), na qual foi efectuado um conjunto de correcções de modo a sanar os efeitos do incidente ocorrido.

A utilização de uma base de dados alternativa para suportar as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2024 constituiu uma limitação a âmbito do auditor externo independente e por inerência do grau de dependência tal comoreferido acima, no âmbito do trabalho do Fiscal Único. Esperamos que esta situação seja sanada com a maior brevidade.

Com base nos relatórios do auditor externo independente e procedimentos por nós executados, recomendamos que os accionistas aprovem as demonstrações financeiras do Vista Bank Moçambique, S. A. d o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 assim como a proposta de aplicação dos resultados, conforme se segue:

Transferência de 25 404 270 meticais , correspondees a 30%, referentes a reservas legais; e

Transferência dos remanescentes 59 276 629 meticais para conta resultados

Atenciosamente,


Abel Guaiabuia
Sócio
29 de Abril 2025

KPMG Auditores e Consultores, S.A., uma sociedade anónima e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

KPMG Auditores e Consultores, SA, a limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Resultados	Lucro líquido	Total do capital próprio
	Nota 25	Nota 25	Nota 26	transitados	do exercício	
Saldo a 01 de Janeiro de 2023	2 647 200 000	13 790 314	107 827 929	(759 812 932)	524 893 994	2 533 899 305
Aplicação de resultado do exercício de 2022	-	-	190 689 245	334 204 749	(524 893 994)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	172 628 533	172 628 533
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	2 647 200 000	13 790 314	298 517 174	(425 608 183)	172 628 533	2 706 527 838
Aplicação de resultado do exercício de 2023	-	-	51 788 560	120 839 973	(172 628 533)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	84 680 897	84 680 897
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	2 647 200 000	13 790 314	350 305 733	(304 768 210)	84 680 898	2 791 208 735

O Director Financeiro



O Director Executivo



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	2024	2023
Actividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		84 680 897	172 628 533
<i>Ajustamentos de:</i>			
Depreciações e amortizações	18,19	92 150 288	78 622 621
Imparidade de empréstimos a clientes	15	123 606 023	152 438 145
Imparidade de activos intangíveis	19	(3 581 290)	-
Imparidade de activos financeiros	12;13	11 300 630	(546 550)
Créditos abatidos	15	(155 159 115)	(7 764 542)
Provisões	23	(37 053 051)	(3 003 667)
Variação de justo valor em propriedades de investimento	17	-	(21 564 300)
Variação de activos operacionais	12;15;16	1 019 203 250	141 590 052
Variação de reservas obrigatórias		(412 202 958)	(3 559 909 172)
Variação de passivos operacionais	21;22;24	(2 010 186 053)	2 544 500 405
Imposto sobre o rendimento		410 000	(100 000)
Fluxo de caixa gerado pelas actividades operacionais		(1 286 831 378)	(503 108 476)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	18	(148 729 368)	(164 137 298)
Alienação de activos tangíveis	18	5 884 240	102 839
Aquisição de activos intangíveis	19	(28 337 501)	(22 891 840)
Aquisição de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	(281 010 645)	(294 928 290)
Reembolsos de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	292 978 289	294 804 486
Fluxo de caixa gerado pelas actividades de investimento		(132 494 515)	(187 050 103)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1 419 325 893)	(690 158 579)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4 991 356 478	5 681 515 057
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3 572 030 585	4 991 356 478

Caixa e equivalentes de caixa apresentam-se como se segue:

		2024	2023
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	5 513 248 020	4 397 947 923
Reservas junto do Banco Central	10	(5 024 781 766)	(4 612 578 808)
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	532 931 406	1 900 583 510
Aplicações em instituições de crédito	12	2 550 632 924	3 305 403 852
		3 572 030 585	4 991 356 478

O Director Financeiro



O Director Executivo



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

Introdução

O Banco Vista Bank Moçambique, "SU", SA (doravante designado por Vista ou Banco) é um banco privado, constituído em 1999 com sede em Maputo – Moçambique. Em meados de 2024, a estrutura accionista alterou, tornando-se subsidiária do Vista Group Holding representando 100% do total do Capital Social. Neste processo o Banco tornou-se mais exposto em relação aos segmentos em que opera, contando com uma lista de produtos mais diversificada e abrangente. Actualmente o Banco tem sete agências, duas em Maputo, uma na Matola, três em Nampula e uma na Beira.

1. Principais políticas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de Abril de 2025 e serão submetidas para aprovação pelos Accionistas na reunião da Assembleia Geral de Accionistas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os valores são arredondados em Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de determinadas políticas contabilísticas fundamentais. Além disso, exige também que o Conselho de Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras incluem as áreas que envolvem um maior grau de complexidade, e as áreas em que os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e métodos usados na estimativa de perdas por imparidade para empréstimos e adiantamentos a clientes estão descritos na alínea e) da nota 1.3 imparidade de activos financeiros e estão de acordo com a NIRF 9.

Justo Valor

O justo valor dos investimentos negociados num mercado financeiro activo e organizado é determinado com base em cotações do mercado na data do balanço. Para investimentos onde não há um mercado activo, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de informação disponível no mercado, referência ao valor de mercado actual de um outro instrumento com as mesmas características ou outros modelos de avaliação conforme mencionado na alínea d) da nota 1.3.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferidos activos a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 9).

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de Contribuição Industrial, IRPS (Impostos sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA. (Mais detalhes são fornecidos na nota 9).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Não é expectável ser apresentado um impacto material em resultado de eventuais revisões à matéria colectável.

Loações

Prazo de arrendamento

O Banco determina o prazo de arrendamento como um prazo não cancelável de arrendamento, acrescentando a opção de períodos de prorrogação caso haja acordo entre as partes ou rescisão do contrato.

O Banco possui vários contractos de arrendamento que incluem extensão e rescisão. O Banco faz julgamento para avaliar se é razoável ou não exercer a opção de renovação ou rescisão do arrendamento, ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para a renovação ou rescisão. Após a data de início, o Banco reavalia as condições de arrendamento, se existe um evento significativo ou mudanças que afectam a capacidade do Banco de exercer a sua opção de renovar ou rescindir o contrato.

Taxa incremental de empréstimo

O Banco não pode deliberadamente determinar a taxa implícita do contracto de arrendamento, o Banco deve usar a taxa incremental sobre o passivo de arrendamento. Esta taxa de juro é a que o Banco teria de pagar para um empréstimo de prazo semelhante, com uma garantia similar para obter um activo de valor semelhante em um ambiente económico semelhante. O Banco estima a taxa incremental usando dados observáveis como taxas de juros de mercado.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios.

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo esta a moeda funcional e moeda de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2024	2023
Dolar Americano	63,91	63,90
Euro	66,79	70,65
Rand Sul Africano	3,41	3,47

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os ‘inputs’ se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos e adiantamentos a clientes

Os valores de Aplicações em instituições de crédito e Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

Activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, são mensurados ao custo amortizado de acordo com as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

v) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco classifica instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral quando se verificam as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais e vender o activo.
- Os termos contratuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos ou perdas reconhecidas em outro rendimento integral. Juros recebidos, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos ganhos e perdas da mesma forma como os activos financeiros ao custo amortizado.

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juro efectiva.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Anulação devido a modificação substancial dos termos contratuais:

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torna um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda desreconhecível, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Stage 1 para fins de mensuração da perda esperada por imparidade, a menos que o novo empréstimo seja considerado comprado ou originou uma perda por imparidade.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo;
- Introdução de um componente no capital;
- Alteração na contraparte;
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério da colecta de pagamentos de capital e juros do capital em dívida.

ii) Desreconhecimento que não seja por modificação substancial de activos financeiros

Um activo financeiro é desreconhecido quando expira o direito de receber fluxos de caixa. O Banco também desreconhece os activos financeiros quando ambos tiverem sido transferidos e quando se qualificarem para o seu desreconhecimento.

O Banco transfere o activo financeiro quando:

- Transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa, ou
- Retém os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo de repassar.

iii) Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob a responsabilidade é satisfeita, cancelada ou expira.

Quando um passivo financeiro for substituído para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

d) Determinação do justo valor

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado.

O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado.

Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuar a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo da maior e melhor maneira ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da maior e melhor maneira.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrito, baseado no mais baixo nível de componentes de preços considerados para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.
- Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
- Nível 3 – Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

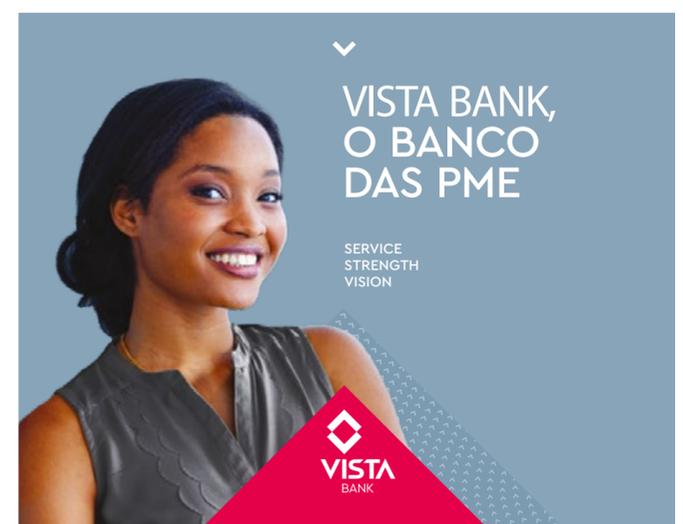
Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de componentes de preço que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo).

e) Imparidade de activos financeiros

O Banco tem registado perdas esperadas para todos empréstimos incluindo garantias financeiras e outros compromissos irrevogáveis como cartas de crédito, outros activos financeiros e instrumentos de dívida não detidos ao justo valor por lucros ou prejuízos. Os instrumentos de capital não são sujeitos a imparidade de acordo com a NIRF 9.

As perdas esperadas são baseadas nas perdas de crédito esperadas durante a vida de um activo, a menos que não tenha havido aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que, nesse caso, a imparidade é determinada na base da perda esperada de crédito para os 12 meses.

A perda de crédito esperada para 12 meses, é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira do activo, que representa a perda de crédito esperada resultante de possíveis incumprimentos sobre um instrumento financeiro que possam ocorrer dentro de 12 meses após a data de reporte.



Tanto a perda de crédito esperada ao longo da vida e durante os 12 meses são calculadas individualmente ou colectivamente, dependendo da natureza da carteira sub-adjacente de instrumentos financeiros.

O Banco tem um comité onde avalia se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento durante o período remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima o Banco agrupa os empréstimos conforme descreve abaixo:

- Estágio 1 - Quando as exposições não sofreram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, o Banco reconhece a perda esperada com base em 12 meses, inclui também facilidades que foram reclassificadas do estágio 2 por terem mostrado melhorias no risco de crédito.
- Estágio 2 - Quando uma exposição mostra um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não possui evidência objectiva de imparidade, o Banco reconhece a perda esperada com base na vida útil do instrumento financeiro. Inclui também neste estágio facilidades que foram reclassificadas do estágio 3 por terem mostrado melhorias significativas do risco de crédito.
- Estágio 3 - Inclui facilidades consideradas em imparidade, o Banco reconhece perda esperada com base na vida do instrumento financeiro.
- Activos financeiros em imparidade comprados ou activos financeiros em imparidade originados são registados ao justo valor no reconhecimento inicial e os juros são subsequentemente registados a taxa de juro efectiva. As perdas esperadas são reconhecidas ou desreconhecidas a medida que haja alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas.

i) **Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral**

As perdas esperadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral, não reduzem o valor contabilístico desse activo financeiro na demonstração da posição financeira, ele, permanece ao seu justo valor. Alternativamente uma quantia igual à imparidade se o activo estivesse mensurado ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com a respectiva reflexão nos lucros ou prejuízos de uma redução do valor recuperável desse activo. As perdas acumuladas reconhecidas no rendimento integral são recicladas através dos lucros ou prejuízos até o desreconhecimento desse activo.

ii) **Aquisição de activos financeiros em imparidade**

Para activos financeiros adquiridos com perda por imparidade, o Banco apenas reconhece às variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida do activo a partir do momento inicial.

iii) **Cartões de crédito e outras facilidades**

O Banco oferece uma variedade de produtos para corporate e retalho, tais como descobertos em conta e créditos em conta corrente, em que o Banco tem o direito de cancelar ou reduzir de imediato a facilidade. O Banco não limita as perdas de crédito com o período contratual, mas sim calcula de acordo com a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de incumprimento e procedimentos de mitigação de risco do Banco que pode incluir a redução ou cancelamento da facilidade. Para estes instrumentos o Banco calcula a perda esperada de crédito ao longo do período em que o Banco está exposto ao risco de crédito e a perda de imparidade esperada não será mitigada pelas acções da gestão de crédito, mesmo que esse período se estenda para além do máximo período contratual.

iv) **Informação prospectiva**

No modelo de perdas de crédito esperadas, o Banco conta com uma variedade de informações prospectivas, relacionadas com *inputs* económicos tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas de referência do Banco Central
- Inflação

Estes pressupostos usados para calcular as perdas de crédito esperadas nem sempre captam todas as características de mercado na data

das demonstrações financeiras, para reflectir esta possibilidade, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitas quando estas diferenças são materialmente significativas.

v) **Avaliação de colaterais**

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales.

Sempre que possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias.

Os outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. As garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) **Abates**

Os activos financeiros são abatidos totalmente ou parcialmente apenas quando se torna improvável a sua recuperação.

Se o montante a ser abatido estiver acima do valor da imparidade acumulada, a diferença é primeiro acrescida à imparidade que é aplicada sobre o valor contabilístico bruto. As recuperações subsequentes de montantes abatidos são reconhecidas como dedução do gasto por perda da imparidade de crédito na demonstração de resultados.

f) **Colaterais readquiridos**

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado. Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

g) **Compensação de instrumentos financeiros**

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

h) **Reclassificação de activos e passivos financeiro**

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros após o reconhecimento inicial, fora em casos ou circunstâncias que o Banco adquira, dispõem de, ou termina uma linha de negócio. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

i) **Reconhecimento de rédito e gasto**

O Banco reconhece o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a retribuição que o Banco espera receber em troca de tais bens ou serviços.

j) **Juros e gastos similares**

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados ao justo valor, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto que não se encontram em imparidade. Quando um activo financeiro se torna em imparidade e é, portanto, considerado no “Estágio 3”, o Banco calcula o rédito de juros aplicando a taxa de juros efectiva ao custo amortizado do activo financeiro líquido. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais em imparidade, o Banco reverte para o rédito de juros brutos.

i) **Rendimentos provenientes de serviços e comissões**

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus clientes.

As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

• **Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo**

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

• **Comissões cobradas pela prestação de serviços**

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

ii) **Rendimento líquido em operações financeiras**

Os rendimentos líquidos em operações financeiras incluem os ganhos e as perdas decorrentes de transacções em moeda estrangeira e conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira.

k) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

l) **Activos tangíveis**

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

O direito de uso do activo é apresentado na linha dos activos tangíveis na demonstração da posição financeira, a política de locações é apresentada no parágrafo q) Contratos de locação. As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual.

Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de depreciação são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios	40 – 50
Obras em Edifícios arrendados	5 – 10 (limitados aos termos dos contratos)
Equipamento & Mobiliários	3 – 10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

m) **Activos intangíveis**

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças), desenvolvimentos adicionais feitos ao software e projectos em progresso feitos ao software, estes estão relacionados com pesquisas ou projectos de desenvolvimento adquiridos separadamente e reconhecidos como intangíveis. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 4 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido após alienação ou quando não se espera benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo) é reconhecido em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros gastos operacionais" no resultado do exercício, no ano em que o activo é desreconhecido.

n) **Propriedades de Investimentos**

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transacção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, que reflecte as condições de mercado na data do balanço. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no justo valor de propriedades de investimento são incluídos no resultado do período em que ocorrem, incluindo o efeito fiscal correspondente. O justo valor é determinado com base em uma avaliação anual realizada por um avaliador independente externo credenciado, aplicando um modelo de avaliação recomendado pelo "International Valuation Standards Committee".

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando são alienadas ou quando são retiradas de uso e quando não se espera nenhum benefício económico futuro após a sua alienação. A diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contabilístico do activo é reconhecido em lucros ou perdas do período.

As transferências são feitas para (ou/de) propriedade de investimento somente quando há uma alteração no uso. Para uma transferência de uma propriedade de investimento para uma propriedade ocupada pelo proprietário, o custo considerado para a contabilização subsequente é o justo valor na data da alteração de uso. Se a propriedade de investimento se torna propriedade ocupada pelo proprietário, o Banco contabiliza tal propriedade de acordo com a política dos Activos tangíveis.

o) **Imparidade de activos não financeiros**

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e indiciem reduções no valor de um activo, de forma a avaliar a existência de imparidade num activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, (ou unidade geradora de caixa) o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos os custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transacções não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o goodwill, é efectuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda no valor recuperável do activo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado.

p) **Impostos**

i) **Impostos correntes**

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

ii) **Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício

e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

q) **Contratos de locação**

O Banco avalia se um contrato contém operações de locação, ou seja se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo por um período de tempo em troca de benefícios.

Locações operacionais – Banco como locatário

O Banco aplica o mesmo princípio para o reconhecimento e mensuração de todos contratos que contém locação, exceptuando os de curto prazo e os de baixo custo. O Banco reconhece o passivo de locação para fazer os pagamentos e o direito de uso do activo representa o direito que o Banco tem de usar o activo subjacente.

Direito de uso do activo

O Banco reconhece o direito de uso do activo no início da locação, ou seja a data em que o activo subjacente está disponível para o uso. Os activos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada, perdas de imparidade e qualquer remensuração do passivo de arrendamento. O custo do direito de uso do activo inclui o valor dos passivos de locação, custos directos iniciais incorridos, os pagamentos das rendas feitas antes da data do início e são deduzidos os incentivos recebidos. O direito de uso do activo é depreciado pelo método linear ao longo do prazo contratual.

O direito de uso do activo é apresentado na nota de activos tangíveis e direito de uso do activo na posição financeira e estão sujeitos a testes de imparidade de acordo com a política do Banco. O direito de uso é composto por três agências e o tempo médio do contrato de arrendamento é de seis anos.

Passivo de locação

Na data do início do contrato o Banco reconhece o passivo de locação mensurado ao valor presente dos pagamentos das rendas a serem efectuadas durante o prazo do contrato. Os pagamentos da renda incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos a receber), pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa e valores que sirvam de garantias do valor residual. Os pagamentos das rendas também incluem o preço da opção de compra e pagamento de multas pela rescisão do contrato, se as condições do contrato reflectirem a opção de terminar. Os pagamentos variáveis dos contratos de locação que não dependam de um indexante ou taxa, são reconhecidos como custos no período em que o evento ocorreu.

O passivo de locação está apresentado em outros passivos na posição financeira.

r) **Dividendos sobre acções ordinárias**

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco

s) **Normas emitidas, mas não efectivas**

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Alterado pelas Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7) para abordar questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

O IFRS 7 foi emitido originalmente em Agosto de 2005. As emendas foram emitidas em Maio de 2024 e são efectivas para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2026.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Alterado pelas Emendas aos contractos relacionados com electricidade dependente da natureza (Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7) inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contractos de fornecimento de electricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contractos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.

O IFRS 7 foi emitido originalmente em Agosto de 2005. As emendas foram emitidas em Dezembro de 2024 e são efectivas para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2026.

IFRS 18 — Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 inclui requisitos para todas as entidades que aplicam o IFRS para a apresentação e divulgação de informações em demonstrações financeiras. O IFRS 18 foi emitido em Abril de 2024 e se aplica a um período de relatórios anuais iniciado em ou após 1º de Janeiro de 2027.

IFRS 19 — Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

O IFRS 19 especifica requisitos de divulgação reduzidos que uma entidade qualificada tem permissão para aplicar em vez dos requisitos de divulgação em outras Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 foi emitida em Maio de 2024 e se aplica a um período de relatório anual iniciado em ou após 1º de Janeiro de 2027.

2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

No exercício findo de 31 de Dezembro de 2024, o Banco não procedeu a nenhuma alteração de políticas contabilísticas nem de estimativas contabilísticas.

a) Novas normas e alterações das normas e interpretações

As novas normas e alterações adoptadas no corrente exercício não tiveram impacto significativo nas nossas demonstrações financeiras

3. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como segue:

	2024	2023
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	741 317 146	852 977 179
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	621 219 030	821 889 452
Juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado	46 579 580	46 342 910
	<u>1 409 115 756</u>	<u>1 721 209 542</u>
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	363 214 682	394 699 069
Juros de empréstimos no mercado monetário interbancário	51 644 364	98 871 759
Juros de passivos de locação	5 116 193	6 026 017
	<u>419 975 239</u>	<u>499 596 846</u>
	<u>989 140 517</u>	<u>1 221 612 696</u>

Os juros e rendimentos similares e juros e gastos similares reduziram, em resultado da redução do volume da carteira de crédito (o número de operações de crédito de curto prazo ocorridas durante o ano) e da carteira de depósito, respectivamente. Os juros de disponibilidade e aplicações em instituições de crédito, reflectem a redução significativa das taxas de juro no mercado e o baixo nível de liquidez. Os juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado aumentaram ligeiramente influenciados pelo aumento do volume de aplicações neste instrumento ao longo do ano, apesar da redução das taxas de juro.

4. Rendimento líquido de serviços e comissões

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários realizados	97 047 556	109 989 023
Por garantias prestadas e cartas de crédito	68 818 548	125 171 751
Outros rendimentos de serviços e comissões	2 090 263	216 248
	<u>167 956 366</u>	<u>235 377 022</u>
Encargos com serviços e comissões		
VISA e Mastercard	21 223 795	33 186 604
Por garantias recebidas	8 458 866	36 289 210
Outros encargos com serviços e comissões	18 531 107	9 080 965
	<u>48 213 767</u>	<u>78 556 779</u>
	<u>119 742 599</u>	<u>156 820 243</u>

A rubrica de rendimento líquido de comissões foi influenciada pelos seguintes pontos:

A redução do negócio, escassez de moeda estrangeira e a redução do volume de transacções, influenciaram o baixo nível das comissões com destaque para créditos documentários cujas comissões recebidas ascenderam a 29.556.962,59 Meticais (2023: 81.662.307,65 Meticais), e garantias bancárias cujas comissões recebidas ascenderam a 39.085.184,96 Meticais (2023: 42.596.465,93 Meticais).

Os serviços bancários realizados foram maioritariamente influenciados pelas comissões das transferências de fundos que ascenderam a 41.697.325,08 Meticais (2023: 40.818.325,30 Meticais). Os encargos com serviços e comissões foram influenciados pela redução dos serviços prestados pela VISA e Mastercard, Garantias bancárias recebidas para cobertura de riscos de concentração de crédito e pelo aumento das comissões de transferência de moeda estrangeira resultante da gestão de tesouraria.

5. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas referem-se a resultados cambiais.

	2024	2023
Ganhos financeiros		
Ganhos de reavaliação de activos e passivos financeiros	2 262 985 653	2 646 695 919
Ganhos em operações cambiais	383 081 842	568 441 278
	<u>2 646 067 495</u>	<u>3 215 137 197</u>
Perdas financeiras		
Perdas de reavaliação de activos e passivos financeiros	(2 245 732 509)	(2 645 413 945)
Perdas em operações cambiais	(68 564 770)	(211 492 959)
	<u>2 314 297 280</u>	<u>2 856 906 904</u>
Ganho financeiro líquido	<u>331 770 215</u>	<u>358 230 293</u>

6. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:

	2024	2023
Remunerações dos colaboradores	534 740 511	437 647 189
Segurança social	12 989 963	12 918 015
	<u>547 730 474</u>	<u>450 565 203</u>

Em 31 de Dezembro de 2024 o Banco tinha 161 colaboradores (151 colaboradores em 2023). De referir que durante o ano de 2024 foi atribuído um bónus excepcional de cerca de 99 milhões de meticais aos colaboradores do Banco.

Os gastos com pessoal, incluem remuneração dos órgãos de gestão (Nota 30) de 37.806.566 Meticais (2023: 32.212.730 Meticais).

7. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Avenças, honorários e serviços especializados	181 553 455	447 313 017
Manutenção e reparação	169 210 824	184 558 101
Comunicações	47 225 041	38 925 188
Despesas de marketing	23 483 187	27 915 549
Consumíveis	23 006 832	21 992 673
Seguros	18 689 012	15 246 587
Segurança	14 276 492	10 906 537
Despesas de formação	12 003 964	8 148 227
Despesas de deslocação e representação	9 353 244	14 647 077
Rendas e alugueres	7 336 491	7 345 005
Água, energia e combustíveis	6 398 369	6 025 389
Taxas e licenças	3 650 195	1 943 702
Multas e outras penalidades	1 766 325	54 282
Serviços judiciais contencioso e notariado	1 157 384	503 821
Outras despesas	15 693 572	21 311 355
	<u>534 804 386</u>	<u>806 836 508</u>

Os outros gastos operacionais foram influenciados pelas seguintes rubricas que tiveram as variações mais significativas:

Avenças, honorários e serviços especializados, apresentam uma redução significativa, uma vez que 2023 foi influenciado pelos serviços de consultoria em sistemas e processo de fecho de contas resultante do incidente de TI (Nota 33).

Manutenção e reparação respeita fundamentalmente a serviços de manutenção de software 46.240.322,22 Meticais (2023: 57.610.892,27 Meticais) e manutenção de licenças 30.051.771,77 (2023: 22.369.631,94 Meticais).

Segurança apresenta um aumento para 14.276.492,27 Meticais (2023: 10.906.537,56 Meticais) devido ao reforço da segurança a nível das unidades orgânicas.

Despesas de formação constituem um dos grandes pilares estratégicos para o desenvolvimento dos colaboradores. Foram influenciadas pelas novas capacitações distribuídas por formações de carácter obrigatório e formações técnicas.

8. Outros rendimentos operacionais

Esta rúbrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Reavaliação de imóveis (Nota 17)	-	21 564 300
Subarrendamento de escritórios	8 794 497	8 770 164
Outras reversões	8 456 783	28 612 259
	17 251 279	58 946 723

9. Impostos sobre rendimentos

Esta rúbrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Imposto corrente (taxa liberatória)	103 891 331	136 976 062
	103 891 331	136 976 062

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto sobre o rendimento é analisada como segue:

	2024		2023	
	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Resultado antes de imposto		188 572 228		309 604 595
Imposto a pagar à taxa nominal (32%)	32,00%	60 343 113	32,00%	99 073 470
Correcções fiscais:				
Gastos não dedutíveis		59 625 767		66 238 244
Rendimentos não tributáveis		(170 045 043)		(224 367 077)
Prejuízos fiscais disponíveis para períodos futuros		50 076 163		59 055 362
Utilização de prejuízos fiscais de períodos anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Imposto corrente	0,00%	-	0,00%	-
Imposto sobre rendimento a taxa liberatória		103 891 331		136 976 062
Total do imposto corrente	55,09%	103 891 331	44,24%	136 976 062

Os gastos não dedutíveis estão fundamentalmente relacionados com imparidades para activos financeiros não aceites fiscalmente.

Os rendimentos não tributáveis estão relacionados com os juros de bilhetes do tesouro e juros de aplicações financeiras.

9.2 Prejuízos Fiscais

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os prejuízos fiscais com referência a 31 de Dezembro de 2024, que podem ser utilizados em exercícios futuros decompõem-se como segue:

Ano de origem	Ano fim	Prejuízos fiscais	Tributação
2020	2025	83 898 172	26 847 415
2021	2026	25 575 272	8 184 087
2023	2028	184 548 006	59 055 362
2024	2029	156 488 009	50 076 163
		450 509 459	144 163 027

Os activos por impostos diferidos potenciais resultantes de prejuízos fiscais, no montante de 144.163.027 Meticais, não foram objecto de reconhecimento em resultado do Conselho de Administração considerar não estarem reunidas as condições da IAS 12 para o efeito.

10. Caixa e Disponibilidades no Banco Central

A rúbrica de Caixa e Disponibilidades no Banco Central é analisada como segue:

	2024	2023
Caixa	130 473 412	125 049 179
Banco de Moçambique	5 383 149 063	4 272 898 744
	5 513 622 475	4 397 947 923

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique, estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. O montante da reserva mínima obrigatória com referência a 31 de Dezembro de 2024 foi de 5.024.781.766 Meticais (2023: 4.612.578.808 Meticais) – este mínimo é comparável com o saldo médio mensal, sendo que a variação positiva é resultado do aumento da média dos depósitos em Moeda local e externa.

11. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rúbrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Bancos estrangeiros	529 643 011	1 864 791 000
Bancos locais	3 288 863	35 792 510
	532 931 874	1 900 583 510

O Banco possui contas junto do Société Générale Paris, Mauritius Commercial Bank, Ecobank, ODDO BHF, ABSA e FNB através das quais o Banco efectua as suas operações com o estrangeiro, nomeadamente transferências, pagamentos e outras operações.

12. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2024	2023
Depósitos no Banco de Moçambique	2 551 676 143	3 305 519 432
Imparidades	(1 418 140)	(115 580)
	2 550 258 002	3 305 403 852

Em Dezembro de 2024, a rúbrica Depósitos no Banco de Moçambique representa aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique, a taxas de juro entre 9,75% e 12,75%, com vencimentos no início de Janeiro de 2025.

13. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

	2024	2023
<i>Bilhetes de tesouro</i>	281.441.615	293.409.260
<i>Imparidade acumulada</i>	(10.803.962)	(430.971)
	270.637.653	292.978.289

A tabela abaixo demonstra o movimento da rúbrica:

	2024		2023	
	Valor de aquisição	Justo valor	Valor de aquisição	Justo valor
Bilhetes de tesouro				
Saldo inicial	292 978 289	294 804 486		
Aquisições	365 817 006	456 283 071		
Alienações/reembolsos	(377 784 651)	(457 678 297)		
Imparidades	(10 372 992)	(430 971)		
	270 637 653	292 978 289		

O Banco possui em carteira Bilhetes de tesouro com taxas remuneratórias de 18,3%, com vencimento a 19 de Março de 2025 e 13,80% com vencimento a 29 de Dezembro de 2025. De referir que os Bilhetes do Tesouro com vencimento em Março de 2025, a esta data, já foram reembolsados.

14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral

	2024			2023		
	Valor de aquisição	Efeito justo Valor	Justo valor	Valor de aquisição	Efeito justo Valor	Justo valor
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)	31.005.002		31.005.002	31.005.002		31.005.002
	31.005.002		31.005.002	31.005.002		31.005.002

O Banco regista nesta rúbrica as acções da SIMO e classifica no nível 3. Este investimento encontra-se registado ao justo valor e com referência a 31 de Dezembro de 2024, o Conselho de Administração entende que o custo de aquisição é a melhor proxy de justo valor da participação na SIMO.

15. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2024	2023
Empréstimo a clientes	4 794 540 850	5 944 335 265
Juros a receber	46 305 137	56 598 536
	<u>4 840 845 987</u>	<u>6 000 933 801</u>
Imparidade acumulada estágio 1	(128 616 921)	(127 586 434)
Imparidade acumulada estágio 2	(116 378 587)	(186 067 515)
Imparidade acumulada estágio 3	(548 470 137)	(511 364 788)
	<u>4 047 380 342</u>	<u>5 175 915 064</u>

A imparidade acumulada para crédito a clientes é como segue:

	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2024	127 586 434	186 067 515	511 364 788	825 018 737
Imparidade de novos activos originados ou comprados	25 082 557	137 750 528	240 121 388	402 954 474
Imparidade de activos desreconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(24 052 071)	(207 439 456)	(47 856 924)	(279 348 450)
Abates	-	-	(155 159 115)	(155 159 115)
Saldo a 31 Dezembro 2024	<u>128 616 921</u>	<u>116 378 587</u>	<u>548 470 137</u>	<u>793 465 645</u>

	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2023	117 506 953	152 473 852	410 364 331	680 345 135
Imparidade de novos activos originados ou comprados	79 005 546	112 018 652	162 333 342	353 357 539
Imparidade de activos desreconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(68 926 065)	(78 424 989)	(53 568 342)	(200 919 395)
Abates	-	-	(7 764 542)	(7 764 542)
Saldo a 31 Dezembro 2023	<u>127 586 434</u>	<u>186 067 515</u>	<u>511 364 788</u>	<u>825 018 737</u>

As tabelas abaixo mostram a qualidade do risco de crédito baseada na classificação interna do Banco, sendo os valores apresentados brutos de imparidade.

Qualidade de risco de crédito	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Vincendo	3 370 981 192	186 651 293	617 260 236	4 174 892 721
Vencido	769	81 428 040	584 524 457	665 953 265
Vencido mas sem sinais objetivos de imparidade	769	14 645 507	225 609	14 871 885
Vencido com sinais objetivos de imparidade	-	66 782 532	584 298 848	651 081 380
Total	<u>3 370 981 961</u>	<u>268 079 333</u>	<u>1 201 784 693</u>	<u>4 840 845 987</u>

Qualidade de risco de crédito	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Vincendo	4 037 187 715	72 272 799	868 771 840	4 978 232 354
Vencido	38 161 323	428 939 996	555 600 126	1 022 701 446
Vencido mas sem sinais objetivos de imparidade	38 161 323	428 939 996	-	467 101 319
Vencido com sinais objetivos de imparidade	-	-	555 600 126	555 600 126
Total	<u>4 075 349 039</u>	<u>501 212 795</u>	<u>1 424 371 967</u>	<u>6 000 933 801</u>

A tabela abaixo demonstra o movimento nos resultados das imparidades e respectivas reversões.

	2024	2023
Saldo de abertura	825 018 738	680 345 135
Imparidade de empréstimos a clientes	402 975 931	353 357 540
Reversão de perdas por imparidade de crédito	(279 369 908)	(200 919 395)
Impacto no exercício	123 606 023	152 438 145
Abates	(155 159 115)	(7 764 542)
Saldo final	<u>793 465 645</u>	<u>825 018 738</u>

16. Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

	2024	2023
Custos diferidos	130 587 884	32 356 512
Devedores e outros valores a receber	54 967 226	5 996 550
Contas a regularizar	604 381	7 849 504
	<u>186 159 491</u>	<u>46 202 566</u>

Em 31 de Dezembro de 2024, os custos diferidos incluem essencialmente: i) 68.211.707 Meticais referentes a *management fees* de 2025 pagos antecipadamente ao Grupo Vista Bank; ii) 42.243.156 Meticais referentes ao diferimento de pagamentos antecipados de despesas referentes a licenças de softwares; e ii) 9.452.759 Meticais referentes ao diferimento de pagamentos antecipados de despesas referentes a seguros.

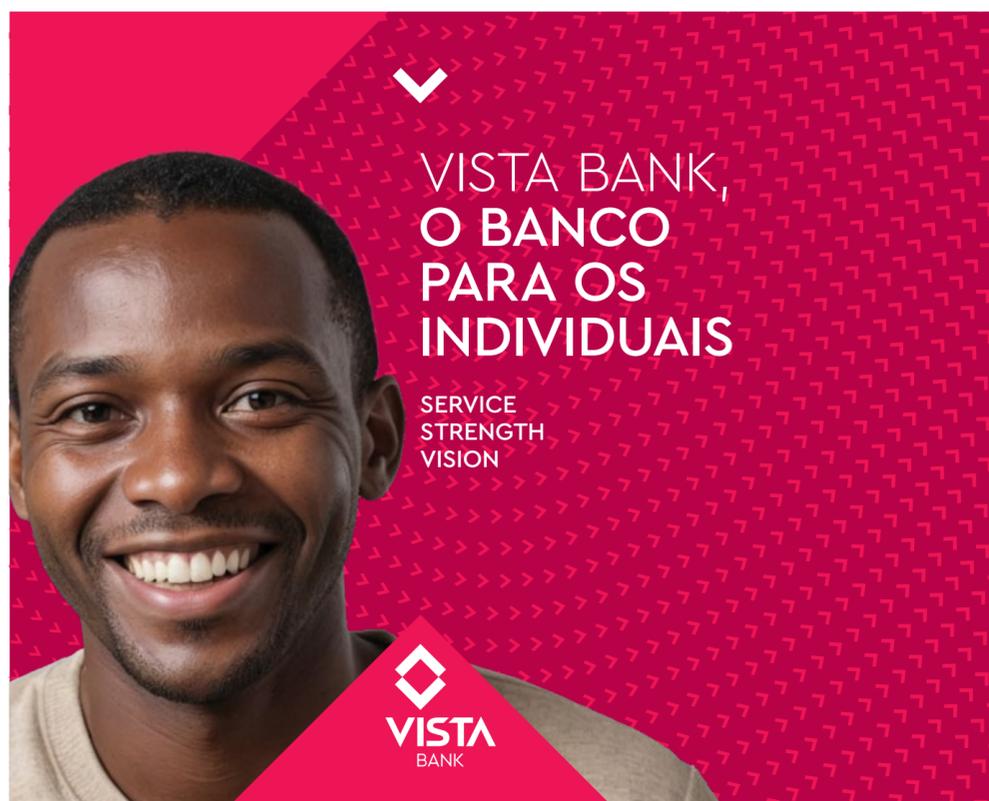
A rubrica “Devedores e outros valores a receber” inclui essencialmente montantes a receber em contas de compensação, em resultado de transacções diárias de moeda electrónica pelo sistema SIMO, cujo montante ascende a 52.377.330 Meticais, tendo sido recebidos na sua maioria no início de 2025.

17. Propriedade de investimentos

As propriedades de investimentos podem ser analisadas como segue:

	2024	2023
Saldo a 1 de Janeiro	-	258 436 500
Ganhos líquidos da mensuração do justo valor (Nota 8)	-	21 564 300
Transferência para activos tangíveis	-	(280 000 800)
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2023, o Banco determinou a transferência das propriedades de investimento do Banco para activos tangíveis, que consistem em dois Edifícios em Maputo, com intuito de fazer uso como residência e escritórios multiuso, contrariamente ao objectivo inicial.



18. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Edifícios	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Investimentos em curso	Direito de uso do activo		Total
						Edifícios		
Custo:								
1 de Janeiro de 2023	814 655 104	24 114 551	302 338 184	59 680 859	22 068 237	70 042 298		1 292 899 233
Adições	800	19 872 777	61 801 825	3 126 160	79 336 536	-		164 138 098
Abates	-	-	(208 281)	(3 332 000)	-	-		(3 540 281)
Transferências	280 000 800	-	804 794	-	(804 794)	-		280 000 800
31 de Dezembro de 2023	1 094 656 704	43 987 327	364 736 522	59 475 019	100 599 979	70 042 298		1 733 497 849
Adições	-	-	61 992 769	23 141 765	39 725 511	-		124 860 044
Abates	-	-	(1 559 569)	(24 706 800)	-	-		(26 266 369)
Transferências	18 826 119	3 920 301	53 984 237	-	(76 730 656)	-		-
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	1 113 482 822	47 907 628	479 153 959	57 909 984	63 594 833	70 042 298		1 832 091 525
Depreciações e imparidades acumuladas								
1 de Janeiro de 2023	90 625 123	7 220 994	200 101 885	32 903 801	2 304 900	28 677 306		361 834 009
Depreciação do exercício	18 107 619	3 073 881	29 051 346	9 905 489	-	7 486 079		67 624 414
Abates	-	-	(105 442)	(3 332 000)	-	-		(3 437 442)
31 de Dezembro de 2023	108 732 742	10 294 875	229 047 789	39 477 290	2 304 900	36 163 385		426 020 980
Depreciação do exercício	22 530 212	4 594 748	43 637 155	6 996 216	-	7 486 079		85 244 409
Abates	-	-	(1 207 755)	(19 174 373)	-	-		(20 382 128)
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	131 262 954	14 889 623	271 477 189	27 299 132	2 304 900	43 649 464		490 883 262
Valor líquido contabilístico								
31 de Dezembro de 2023	985 923 962	33 692 452	135 688 734	19 997 729	98 295 079	33 878 913		1 307 476 869
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	982 219 868	33 018 006	207 676 770	30 610 852	61 289 933	26 392 834		1 341 208 263

Os investimentos em curso incluem adiantamentos para aquisições de servidores e equipamento informático diverso destinado ao processo de migração para um novo Sistema Bancário Central ("CBS"). As adições em Equipamentos referem-se a aquisições de equipamentos no âmbito da melhoria das infraestruturas do Banco, a saber: móveis, computadores e outros equipamentos de informática.

19. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Software	Software em curso	Total
Custo:			
1 de Janeiro de 2023	312 620 189	9 314 959	321 935 151
Adições	5 029 906	2 651 484	7 681 390
Abates	(110 085 204)	-	(110 085 204)
Transferências	249 978	(249 978)	-
31 de Dezembro de 2023	207 814 869	11 716 465	219 531 337
Adições	5 088 554	20 397 802	25 486 356
Abates	-	-	-
Transferências	3 323 907	(3 323 907)	-
31 de Dezembro de 2024	216 227 329	28 790 360	245 017 693
Amortizações e imparidades acumuladas			
1 de Janeiro de 2023	298 325 455	-	298 325 455
Amortização do exercício	10 998 207	-	10 998 207
Abates	(110 085 204)	-	(110 085 204)
Imparidade	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	199 238 458	-	199 238 458
Amortização do exercício	6 905 879	-	6 905 879
Regularizações	-	-	-
Abates	-	-	-
Imparidade	(3 581 290)	-	(3 581 290)
31 de Dezembro de 2024	202 563 047	-	202 563 047
Valor líquido contabilístico			
31 de Dezembro de 2023	8 576 410	11 716 465	20 292 879
31 de Dezembro de 2024	13 664 282	28 790 360	42 454 646

Software em curso, inclui adiantamentos para aquisições de softwares informáticos destinados ao processo de migração para um novo CBS.

20. Activos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Pagamentos por conta IRPC	21 417 154	21 417 154
Pagamento especial por conta	300 000	710 000
	21 717 154	22 127 154

Os pagamentos por conta de IRPC referem-se a pagamentos efectuados nos exercícios de 2014 e 2015, para os quais o Banco solicitou o seu reembolso junto da Autoridade Tributária. O Banco tem efectuado diligências junto da Autoridade Tributária para compensação destes montantes com impostos futuros a liquidar pelo Banco, estando este processo em análise pela Autoridade Tributária. De referir que o Banco tem registada uma provisão para fazer face a potenciais montantes não recuperáveis.

21. Recursos de instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2024	2023
Empréstimos com Banco Central	93 205 608	232 937 523
Empréstimos com Bancos	-	478 479 871
	93 205 608	711 417 394

O empréstimo do Banco Central é direccionado ao financiamento do sector agrícola e MPME's, apresentando uma taxa de 7,5%, com vencimento a 20 de Junho de 2027.

22. Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

	2024	2023
Depósitos à ordem	8 935 925 719	9 132 030 262
Depósitos a prazo	2 292 430 356	3 124 990 256
Juros a pagar	17 606 185	33 705 967
	11 245 962 259	12 290 726 485

Os depósitos à ordem incluem essencialmente contas correntes de clientes a taxas de juro marginais. Os depósitos a prazo apresentam taxas de juros entre 5% e 12% para moeda nacional e 0,5% e 3,24% para moeda estrangeira com a maturidade até 12 meses.

23. Provisões

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2024	2023
Provisões para garantias e compromissos	18 701 174	34 905 967
Provisões para outros riscos e encargos	76 972 148	98 018 244
	95 673 321	132 924 211

A análise de movimentos apresenta-se como segue:

	Garantias, Créditos documentários e compromissos assumidos	Outros riscos e encargos	Total
1 de Janeiro 2023	68 588 404	74 212 036	142 800 440
Utilização das imparidades/provisões	-	(6 872 561)	(6 872 561)
Provisão do ano	30 969 337	30 678 769	61 648 106
Reversão das provisões	(64 651 773)		(64 651 773)
31 de Dezembro de 2023	34 905 968	98 018 244	132 924 211
Utilização das imparidades/provisões	-	(197 839)	(197 839)
Provisão do ano	15 425 669	1 877 849	17 303 518
Reversão das imparidades ou provisões	(31 630 462)	(22 726 106)	(54 356 569)
31 de Dezembro de 2024	18 701 174	76 972 148	95 673 321

Garantias, créditos documentários e compromissos

O Banco possui compromissos irrevogáveis e revogáveis como parte do negócio, com vista a atender às necessidades financeiras dos clientes. Estes normalmente são constituídos por garantias financeiras, cartas de crédito e compromissos de empréstimos. Estas operações não são reconhecidas na posição financeira do Banco, mas contêm risco de crédito.

Outros riscos e encargos

As provisões para outros riscos e encargos em 31 de dezembro de 2024 incluem essencialmente:

- 67.438.994 meticais referentes a provisões para contingências fiscais relacionadas com inspeções fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária aos exercícios 2017 a 2020 e com montantes de créditos fiscais potencialmente não recuperáveis.

- 2.071.171 meticais referentes a provisões para contingências judiciais relacionados com processos com colaboradores que o Banco espera concluir em 2025.

24. Outros passivos

	2024	2023
Acréscimos de gastos	134 940 263	223 785 926
Depósitos caução	86 225 014	122 921 608
Impostos	34 897 188	23 177 139
Passivo de locação	31 265 870	37 978 505
Contas a regularizar	23 138 761	240 086 610
Outros	857 882	10 387 394
	311 324 978	658 337 181

As contas a regularizar sofreram uma redução por regularizações de transações com o Banco Central no âmbito da estabilização do regime de compensação com a rede SIMO.

25. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% do capital social
2024				
Accionistas				
Vista Bank Group	26 472 000	100	2 647 200 000	100,000%
	26 472 000		2 647 200 000	100,00%
2023				
Accionistas				
Societe Generale	17 206 799	100	1 720 679 900	65,000%
MCB, Ltd	9 265 200	100	926 520 000	35,000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0,000%
	26 472 000		2 647 200 000	100,00%

O capital social do Vista Bank Moçambique, S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2024.

26. Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

	2024	2023
Reserva Legal	350 305 734	298 517 174
	350 305 734	298 517 174

Nos termos da legislação em vigor (Lei nr. 20/2020, de 31 de Dezembro), o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal nas seguintes proporções:

- 30%, quando as reservas constituídas forem inferiores ao capital realizado;
- 15%, quando as reservas constituídas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital. A reserva relativa ao lucro de 2023 foi constituída em 2024 após a aceitação das contas pelo Banco de Moçambique.

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2024	2023
Depreciações e amortizações (notas 18,19)	(92 150 288)	(78 622 621)
Imparidade de crédito (nota 15)	(123 606 023)	(152 438 145)
Reavaliação de propriedades de investimento (nota 17)	-	21 564 300
Provisões (nota 23)	37 053 051	3 003 667
Imparidade de outros ativos (nota 19)	3 581 290	-
Imparidade de ativos financeiros (notas 12,13)	(11 675 552)	(546 550)
	(186 797 522)	(207 039 349)

28. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros apresenta-se como segue:

2024	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Total
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	5 513 622 475	5 513 622 475
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	532 931 874	532 931 874
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2 550 258 002	2 550 258 002
Bilhetes de tesouro	270 637 653	-	-	270 637 653
Participação no capital da SIMO	-	31 005 002	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	4 047 380 342	4 047 380 342
Outros activos	-	-	54 967 226	54 967 226
Total de activo	270 637 653	31 005 002	12 699 159 920	13 000 802 574
			Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito			93 205 608	93 205 608
Depósitos de clientes			11 245 962 259	11 245 962 259
Provisões			95 673 321	95 673 321
Outros passivos			118 348 766	118 348 766
Total de passivo			11 553 189 954	11 553 189 954
2023	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do	Empréstimos e contas a receber ao custo	Total
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	4 397 947 923	4 397 947 923
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	1 900 583 510	1 900 583 510
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3 305 403 852	3 305 403 852
Bilhetes de tesouro	292 978 289	-	-	292 978 289
Participação no capital da SIMO	-	31 005 002	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5 175 915 064	5 175 915 064
Outros activos	-	-	5 996 550	5 996 550
Total de activo	292 978 289	31 005 002	14 785 846 899	15 109 830 190
			Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito			711 417 394	711 417 394
Depósitos de clientes			12 290 726 485	12 290 726 485
Outras provisões			132 924 211	132 924 211
Outros passivos			171 287 506	171 287 506
Total de passivo			13 306 355 597	13 306 355 597

29. Justo valor dos instrumentos financeiros

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos idênticos.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis de hierarquia reavaliando a classificação final no fim de cada reporte e para as propriedades de investimento o Banco utiliza avaliadores independentes.

2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Participação no capital da SIMO	-	-	31.005.002	31.005.002
	-	-	-	31.005.002

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Participação no capital da SIMO	-	-	31.005.002	31.005.002
	-	-	31.005.002	31.005.002

2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	4.173.777.410	-	4.173.777.410
	-	4.173.777.410	-	4.173.777.410

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	4.937.568.331	-	4.937.568.331
	-	4.937.568.331	-	4.937.568.331

A gestão avaliou todos os instrumentos financeiros e determinou que, para além de empréstimos e adiantamentos a clientes os valores aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é aquele pelo qual o instrumento financeiro pode ser transaccionado entre duas partes dispostas, sem que seja uma venda forçada ou liquidação.

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para determinar a estimativa de justo valor:

- Empréstimos e adiantamento a clientes são descontados através da utilização da taxa dos bilhetes de tesouro.

30. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas apresentam-se como segue:

	2024		2023		
	Renumeração dos órgãos de gestão (Nota 6)	Outros gastos operacionais (Nota 7)	Juros e gastos similares (Nota 8)	Renumeração dos órgãos de gestão (Nota 6)	Outros gastos operacionais (Nota 7)
Vista Bank	-	78.027.544	-	-	-
Management	37.806.566	-	-	32.212.730	-
Societe Generale	-	-	98.871.759	-	100.844.784

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

	2024		2023	
	Outros activos (Nota 16)	Disponibilidade em instituições de crédito (Nota 11)	Recursos de instituições de crédito (Nota 21)	Outros passivos (Nota 24)
Vista Bank	68.211.707	-	-	-
Management	-	1.801.779.717	478.479.871	73.436.743
Societe Generale	-	63.623	-	-

31. Contingências e compromissos

Compromissos

	2024	2023
Garantias bancárias emitidas	2.667.496.411	2.327.056.787
Créditos documentários	306.360.542	2.912.498.997
Créditos não utilizados	698.691.190	671.802.929
	3.672.548.143	5.911.358.713

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco de gerir o risco para o Banco. Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contrapartes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contrapartes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode estar exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2024 e 2023, relativamente ao risco de crédito no balanço e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	2024	2023
Caixa e disponibilidades no Banco Central	5.513.622.475	4.397.947.923
Disponibilidades em instituições de crédito	532.931.874	1.900.583.510
Aplicações em instituições de crédito	2.550.258.002	3.305.403.852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	270.637.653	292.978.289
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.047.380.342	5.175.915.064
Outros activos	54.967.226	5.996.550
Total do activo na demonstração da posição financeira	12.969.797.571	15.078.825.188

Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais

Garantias bancárias emitidas	2.667.496.411	2.327.056.787
Créditos documentários	306.360.542	2.912.498.997
Créditos não utilizados	698.691.190	671.802.929
	3.672.548.143	5.911.358.713
Total da exposição ao risco de crédito	16.642.345.714	20.990.183.901

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Exposição máxima ao risco de crédito e justo valor das garantias recebidas

O quadro seguinte inclui o detalhe do justo valor dos colaterais (não limitado pelo valor máximo garantido) subjacentes à carteira de crédito:

2024

Justo valor das garantias recebidas face ao risco

	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Propriedades(*)	Outros(**)	Valor líquido das garantias	Exposição líquida
Disponibilidades em instituições de crédito	532 931 874	-	-	-	-	532 931 874
Empréstimos e adiantamentos a bancos	2 550 258 002	-	-	-	-	2 550 258 002
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	270 637 653	-	-	-	-	270 637 653
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento intergral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 047 380 342	21 400 000	7 626 970 472	2 594 003 353	10 242 373 825	(6 194 993 482)
Administração Central	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	2 665 475	-	-	148 440 000	148 440 000	(145 774 525)
Empresas Privadas	3 868 834 211	19 000 000	7 465 575 242	2 302 119 881	9 786 695 123	(5 917 860 912)
Organizações Colectivas	746	-	-	-	-	746
Particulares	175 879 911	2 400 000	161 395 230	143 443 472	307 238 702	(131 358 791)
Outros activos	54 967 226	-	-	-	-	54 967 226
	7 487 180 099	21 400 000	7 626 970 472	2 594 003 353	10 242 373 825	(2 755 193 726)

2023

Justo valor das garantias recebidas face ao risco

	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Propriedades	Outros	Valor líquido das garantias	Exposição líquida
Disponibilidades em instituições de crédito	1 900 583 510	-	-	-	-	1 900 583 510
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 305 403 852	-	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	292 978 289	-	-	-	-	292 978 289
Empréstimos e adiantamentos a clientes de outro rendimento intergral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 175 915 064	6 080 234	4 101 044 991	548 392 770	4 655 517 995	520 397 069
Administração Central	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	62 262 590	-	-	62 255 736	62 255 736	6 854
Empresas Privadas	4 277 947 254	6 080 234	3 477 352 360	441 424 402	3 924 856 996	353 090 258
Organizações Colectivas	698 473 001	-	533 500 000	-	533 500 000	164 973 001
Particulares	137 232 219	-	90 192 631	44 712 632	134 905 263	2 326 956
Outros activos	5 996 550	-	-	-	-	5 996 550
	10 711 882 268	6 080 234	4 101 044 991	548 392 770	4 655 517 995	6 056 364 272

(*) O justo valor dos colaterais imobiliários diz respeito ao PVT incluído nas avaliações.

(**) Inclui depósitos e penhores de equipamentos.

Activos financeiros renegociados

No caso de um cliente tornar-se inadimplente (non-performing) estágio 3, e temporariamente não puder pagar as moras, o cliente pode se qualificar para um período de remediação dando ao cliente a oportunidade de corrigir a situação. Quando o período de remediação expira a situação do cliente é reavaliada dando lugar a liquidação do activo financeiro ou renegociação dos termos do contrato.

Activos financeiros renegociados compreendem empréstimos no estágio 3 que foram renegociados e permanecem pelo menos por 12 meses nesta lista e contém também empréstimos que estão no estágio 2 movidos do estágio 3 e permanecem pelo menos por 6 meses no estágio 2 e não podem ter prestações em atraso.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimadas.

Os critérios que o Banco utiliza para avaliar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Quando há um aumento significativo no risco de crédito de um grupo ou subgrupo;
- Quando empréstimos amortizáveis estão 90 dias em atraso;
- Quebra no contracto, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Quando se torna provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;
- Quando existem eventos de incumprimento em outras instituições; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar do decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:

- Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
- Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
- Depreciação do valor do colateral; e
- Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito malparado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate ocorre quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. O Banco assegura o saneamento dos activos dentro do exercício económico corrente, em conformidade com o previsto no artigo 11 do Aviso nº 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro ou quando determinado activo se torna incobrável (esgotados todos os mecanismos previstos para recuperação do activo). A oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realista de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
2024								
Governo	5 513 622 475	-	-	270 637 653	-	-	-	5 784 260 128
Financeiro	-	532 931 874	2 550 258 002	-	31 005 002	337 983 199	-	3 452 178 076
Comércio	-	-	-	-	-	1 334 646 176	-	1 334 646 176
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	5 876 041	-	5 876 041
Serviços	-	-	-	-	-	442 986 254	-	442 986 254
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	669 333 035	-	669 333 035
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	530 331 083	-	530 331 083
Outros	-	-	-	-	-	726 224 555	54 967 226	781 191 781
	5 513 622 475	532 931 874	2 550 258 002	270 637 653	31 005 002	4 047 380 342	54 967 226	13 000 802 574

	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
2023								
Governo	4 397 947 923	-	-	292 978 289	-	-	-	4 690 926 212
Financeiro	-	1 900 583 510	3 305 403 852	-	31 005 002	698 473 001	-	5 935 465 365
Comércio	-	-	-	-	-	2 330 506 007	-	2 330 506 007
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	76 399 186	-	76 399 186
Serviços	-	-	-	-	-	221 918 084	-	221 918 084
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	368 137 822	-	368 137 822
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	1 096 936 788	-	1 096 936 788
Outros	-	-	-	-	-	383 544 176	5 996 550	389 540 726
	4 397 947 923	1 900 583 510	3 305 403 852	292 978 289	31 005 002	5 175 915 064	5 996 550	15 109 830 191

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez, assim como diversificada que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém linhas de crédito com a casa mãe, que pode recorrer sempre que precisar. Adicionalmente o Banco possui reservas obrigatórias correspondentes a 39,5% para moeda estrangeira e 39% para moeda nacional do saldo médio dos depósitos de clientes e do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas de activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2024	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	5 513 622 475	-	-	-	-	5 513 622 475
Disponibilidades em instituições de crédito	532 931 874	-	-	-	-	532 931 874
Aplicações em instituições de crédito	-	2 550 258 002	-	-	-	2 550 258 002
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	184 462 502	86 175 151	-	-	270 637 653
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 265 555 823	1 156 164 154	1 261 204 156	364 456 210	4 047 380 342
Outros activos	54 967 226	-	-	-	-	54 967 226
Total de activos	6 101 521 575	4 000 276 326	1 242 339 305	1 261 204 156	395 461 211	13 000 802 574
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	-	46 709 358	46 496 250	-	93 205 608
Recursos de clientes	8 939 827 661	1 460 451 935	845 682 663	-	-	11 245 962 259
Passivo de locação	-	1 397 095	4 496 515	15 428 813	9 943 446	31 265 870
Outros passivos	288 186 217	-	-	-	-	288 186 217
Total de passivos	9 228 013 878	1 461 849 031	896 888 535	61 925 063	9 943 446	11 658 619 954
Gap de liquidez	(3 126 492 303)	2 538 427 296	345 450 770	1 199 279 093	385 517 765	1 342 182 620

2023	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	4 397 947 923	-	-	-	-	4 397 947 923
Disponibilidades em instituições de crédito	1 900 583 510	-	-	-	-	1 900 583 510
Aplicações em instituições de crédito	-	3 305 403 852	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	292 978 289	-	-	-	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 299 246 992	2 266 168 242	1 309 747 080	300 752 751	5 175 915 064
Outros activos	5 996 550	-	-	-	-	5 996 550
Total de activos	6 304 527 983	4 897 629 133	2 266 168 242	1 309 747 080	331 757 753	15 109 830 191
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	478 479 871	232 937 523	-	-	711 417 394
Recursos de clientes	9 132 827 632	682 645 851	2 292 879 485	182 373 516	-	12 290 726 485
Passivo de locação	-	1 397 095	4 496 515	15 428 813	16 656 082	37 978 505
Outros passivos	418 250 571	-	-	-	-	418 250 571
Total de passivos	9 551 078 203	1 162 522 817	2 530 313 523	197 802 330	16 656 082	13 458 372 956
Gap de liquidez	(3 246 550 220)	3 735 106 316	(264 145 281)	1 111 944 750	315 101 671	1 651 457 235

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

2024	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	5 513 622 475	5 513 622 475
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	532 931 874	532 931 874
Aplicações em instituições de crédito	2 550 258 002	-	-	-	2 550 258 002
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	184 462 502	86 175 151	-	-	270 637 653
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 265 555 823	1 156 164 154	1 625 660 366	-	4 047 380 342
Outros activos	-	-	-	54 967 226	54 967 226
Total de activos	4 000 276 326	1 242 339 305	1 625 660 366	6 132 526 577	13 000 802 574
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	-	46 709 358	46 496 250	-	93 205 608
Recursos de clientes	1 460 451 935	845 682 663	-	8 939 827 661	11 245 962 259
Passivo de locação	1 397 095	4 496 515	25 372 260	-	31 265 870
Outros passivos	-	-	-	288 186 217	288 186 217
Total de passivos	1 461 849 031	896 888 535	71 868 510	9 228 013 878	11 658 619 954
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	2 538 427 296	345 450 770	1 553 791 856	(3 095 487 302)	1 342 182 620

2023	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	4 397 947 923	4 397 947 923
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	1 900 583 510	1 900 583 510
Aplicações em instituições de crédito	3 305 403 852	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	292 978 289	-	-	-	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 299 246 992	2 266 168 242	1 610 499 831	-	5 175 915 064
Outros activos	-	-	-	5 996 550	5 996 550
Total de activos	4 897 629 133	2 266 168 242	1 610 499 831	6 335 532 985	15 109 830 191
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	478 479 871	232 937 523	-	-	711 417 394
Recursos de clientes	682 645 851	2 292 879 485	182 373 516	9 132 827 632	12 290 726 484
Passivo de locação	1 397 095	4 496 515	32 084 895	-	37 978 505
Outros passivos	-	-	-	418 250 571	418 250 571
Total de passivos	1 162 522 817	2 530 313 523	214 458 411	9 551 078 203	13 458 372 954
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	3 735 106 316	(264 145 281)	1 396 041 419	(3 215 545 219)	1 651 457 237

A sensibilidade na demonstração dos resultados é o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a MIMO, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Aumento/diminuição p.p.	Impacto nos resultados antes de impostos
2024	+75 pb	33 285 336
	-75 pb	(33 285 336)
2023	+75 pb	44 844 157
	-75 pb	(44 844 157)

O impacto nos capitais próprios é o mesmo nos resultados antes de impostos.

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023;

2024	MZN	USD	ZAR	EUR	Outras	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	3 759 738 837	1 697 368 567	6 404 931	50 110 141	-	5 513 622 475
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107 978 355	346 137 080	46 360 606	27 132 259	5 323 574	532 931 874
Empréstimos e adiantamentos a bancos	2 550 258 002	-	-	-	-	2 550 258 002
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	270 637 653	-	-	-	-	270 637 653
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 739 999 599	195 907 247	-	111 473 496	-	4 047 380 342
Outros activos	54 967 226	-	-	-	-	54 967 226
Total de activos	10 514 584 674	2 239 412 894	52 765 537	188 715 896	5 323 574	13 000 802 574
Passivos financeiros						
Disponibilidades de instituições de crédito	93 205 608	-	-	-	-	93 205 608
Disponibilidades de clientes	8 674 273 057	2 362 909 079	21 039 714	187 115 239	625 171	11 245 962 259
Passivo de locação	31 265 870	-	-	-	-	31 265 870
Outros passivos	288 186 217	-	-	-	-	288 186 217
Total de passivos	9 086 930 751	2 362 909 079	21 039 714	187 115 239	625 171	11 658 619 954
Exposição líquida	1 427 653 922	(123 496 185)	31 725 823	1 600 657	4 698 403	1 342 182 620
2023						
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	4 010 507 131	328 053 320	28 672 108	30 715 364	-	4 397 947 923
Disponibilidades sobre instituições de crédito	32 444 223	1 771 141 412	76 465 788	15 189 335	5 342 753	1 900 583 510
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 305 403 852	-	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	292 978 289	-	-	-	-	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 581 962 234	361 786 053	76 466 445	155 700 333	-	5 175 915 064
Outros activos	5 996 550	-	-	-	-	5 996 550
Total de activos	12 260 297 280	2 460 980 784	181 604 341	201 605 032	5 342 753	15 109 830 191
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	232 937 523	-	402 520 000	75 959 871	-	711 417 394
Disponibilidades de clientes	8 132 666 880	3 973 449 012	3 724 785	180 282 433	603 375	12 290 726 485
Passivo de locação	37 978 505	-	-	-	-	37 978 505
Outros passivos	418 250 571	-	-	-	-	418 250 571
Total de passivos	8 821 833 480	3 973 449 012	406 244 785	256 242 304	603 375	13 458 372 955
Exposição líquida	3 438 463 801	(1 512 468 227)	(224 640 444)	(54 637 272)	4 739 378	1 651 457 236

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD, EUR e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital.

	Alterações na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos
2024	0%	(19 326)
	0%	19 326
2023	0%	(710 413)
	0%	710 413

	Alterações na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de impostos
2024	-5%	(87 453)
	5%	87 453
2023	4%	(1 979 379)
	-4%	1 979 379

	Alterações na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos
2024	-2%	(548 573)
	2%	548 573
2023	-8%	17 875 897
	8%	(17 875 897)

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Vista opera num modelo centralizado de gestão de capital. Os objectivos de gestão de capital conforme detalhado na estrutura de gestão de capital, são para cumprir com os rácios de capital exigidos pelo Banco de Moçambique e pelos objectivos traçados pelo Conselho de Administração para gerar capital suficiente para suportar o crescimento dos activos.

O capital é gerido de acordo com a estrutura de gestão de capital através do Comité de Gestão de Activos e Passivos, são feitos relatórios periódicos sobre as posições de capital. Os riscos do capital são apresentados ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração. O Comité de Gestão de Activos e Passivos tem encontros mensais onde revê, aprova e faz recomendações relativas ao risco de capital. Este inclui o apetite ao risco, políticas, limites e utilizações.

De acordo com as directrizes do Banco de Moçambique no processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), o grupo possui um processo de planeamento e gestão de capital. Todos os anos o Vista prepara e submete o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno ao Banco de Moçambique. O ICAAP é preparado pelos departamentos de Risco e Financeiro e é revisto pela gestão do Banco. O ICAAP é um processo contínuo e é revisto e actualizado sempre que houver mudanças significativas no plano estratégico do Banco.

O objectivo do ICAAP é de garantir que o Banco seja adequadamente capitalizado e que quando houver probabilidade de escassez de capital, a gestão do Banco procura garantir que as diferenças sejam resolvidas. O Vista promove o uso eficiente do capital alinhando as estratégias de negócio, apetite ao risco e retornos esperados com os requisitos de capital.



	2024	2023
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	2 647 200 000	2 647 200 000
Reservas elegíveis e resultados transitados	59 327 838	(113 300 695)
Activos intangíveis	(44 834 312)	(26 253 835)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	-	-
Fundos próprios (Tier I)	2 661 693 526	2 507 645 470
Fundos próprios complementares (Core Tier II)		
Outros	1 043 336	1 256 205
Fundos próprios complementares (Core Tier II)	1 043 336	1 256 205
Outros elementos a deduzir	-	(293 113 033)
Fundos próprios de base e complementares (Tier I e II)	2 662 736 861	2 215 788 642
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	7 053 241 581	7 768 415 348
Fora da posição financeira	1 293 443 527	2 281 222 932
Risco operacional e de mercado	276 000 117	234 755 975
Total dos activos ponderados	8 622 685 225	10 284 394 255
Rácios prudenciais		
Core Tier I	31,39%	24,64%
Tier I Capital	30,87%	24,38%
Rácio de solvabilidade	30,88%	21,55%
Rácio de solvabilidade requerido	12,00%	12,00%

(*) Significa a diferença entre o cálculo da imparidade de crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

33. Factores relevantes ocorridos no exercício

Em 2012, o Banco introduziu um novo Sistema Bancário Central (CBS). Desde 2014, o Banco opera com a mesma versão do CBS, que, apesar das manutenções periódicas, apresenta-se desactualizado.

Em Outubro de 2021, o Banco sofreu uma interrupção de serviço devido a um incidente de TI relacionado com um grande número de transacções, afectando principalmente a capacidade do Banco de reflectir as informações da fonte primária do CBS no sistema de contabilidade. Imediatamente após o incidente, foram tomadas medidas correctivas, para garantir a confiabilidade e sustentabilidade das operações com os clientes. Portanto, na perspectiva do Cliente não se verificaram impactos significativos. O incidente foi atempadamente comunicado ao regulador.

Foi implementado um plano de remediação do CBS com o apoio do provedor do sistema que está a ser monitorizado de perto pela Gestão.

Em 2024, estando esta situação estabilizada, a Gestão considera que as demonstrações financeiras, dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das operações do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

O Conselho de Administração tomou a decisão de substituir o actual CBS. Esta decisão conta com o total apoio e cooperação dos accionistas. Os recursos necessários para esta mudança já foram assegurados e o novo CBS está programado para entrar em operação no primeiro semestre de 2025. Todas as etapas realizadas neste projecto foram comunicadas ao regulador em devido tempo.

34. Acontecimentos após a data do balanço

Nos dias 7 e 19 de Fevereiro de 2025, as agências de rating Fitch e Standard & Poors divulgaram o downgrade do rating da dívida pública moçambicana de longo prazo, emitida em moeda local, de CCC+ para CCC e CCC para CCC-, respectivamente, mantendo o rating da dívida de curto prazo de C. Adicionalmente, no dia 21 de Março a agência de rating Standard & Poors divulgou um novo downgrade da dívida pública moçambicana de longo prazo emitida em moeda local, para o nível "Selective Default", mantendo o rating de C referente à dívida de curto prazo.

De referir que o Banco em 31 de Dezembro de 2024 e até esta data apenas detém investimentos em títulos de dívida pública de curto prazo.

A Administração mantém um acompanhamento próximo da evolução destes ratings, e a avaliação do respectivo impacto na actividade e nas demonstrações financeiras do Banco, para além dos já registados em 31 de Dezembro de 2024.

O Director Financeiro



O Director Executivo



vistabankgroup.com

